JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.06.29 07:08:35 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 29 de junho de 2023 • Nº 1590 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

A genialidade de Malala

PÁGINA 4

IBGE

Censo mostra população de 203 milhões; abaixo das expectativas

A população brasileira contabilizada pelo Censo Demográfico 2022 foi de 203,1 milhões, abaixo de dados prévios e estimativas do próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é o responsável pela contagem dos habitantes. Para analistas, uma combinação de fatores pode estar por trás da diferença. Um deles é a ausência de uma contagem populacional mais enxuta do que o Censo no meio da década passada, o que teria prejudicado o modelo de estimativas até 2021. Dificuldades de coleta de dados vistas ao longo do recenseamento de 2022 e até efeitos da pandemia de Covid-19 não captados anteriormente também são apontados como possíveis fatores para a discrepância entre os dados. Em 2021, a estimativa do IBGE indicava uma população de 213,3 milhões de habitantes no Brasil. PÁGINA 3

MONTADORAS

Lula libera mais R$ 300 milhões para carro popular

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai colocar mais R$ 300 milhões no programa que concede descontos à compra de carros "populares" para continuar estimulando as vendas do setor automotivo. O governo já havia disponibilizado R$ 500 milhões para a compra de veículos leves com abatimentos, valor que agora deve subir para R$ 800 milhões. Segundo integrantes do governo, um montante de R$ 80 milhões será liberado dentro do próprio limite inicial de R$ 500 milhões e será direcionado à venda exclusiva para pessoas físicas. Essa parcela estava travada por causa de uma regra na MP (medida provisória), que mandava acomodar dentro do limite o impacto da perda de arrecadação com IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e PIS/Cofins devido aos descontos concedidos pelas montadoras (patrocinados ou não pelo governo). Segundo interlocutores, do limite inicial de R$ 500 milhões, apenas R$ 420 milhões chegaram efetivamente a ser acessados pelas montadoras por causa dessa regra. Outros R$ 220 milhões serão liberados para venda ao público em geral (incluindo pessoas físicas e empresas), mas ficarão sujeitos ao abatimento das perdas da Receita na arrecadação. Até a última atualização, na sexta-feira, o volume de crédito tributário autorizado pelo Mdic para uso no programa era de R$ 420 milhões.

PRODUÇÃO RURAL

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Lula anuncia Plano Safra para Agricultura Familiar de R$ 71,6 bi

O presidente Lula (PT) (**foto**) anunciou ontem o Plano Safra voltado à agricultura familiar. O mandatário afirmou que o programa prevê a destinação de R$ 71,6 bilhões ao crédito rural para 2023 e 2024. Segundo ele, o montante é 34% superior à safra passada. Também está prevista a redução da taxa de juros de 5% para 4% ao ano para quem produzir alimentos específicos, como arroz, feijão, leite e ovos, entre outros. Diversas lideranças e militantes do MST (Movimento Sem Terra) participaram do evento no Palácio do Planalto. No discurso, Lula mandou indiretas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Veja que diferente de outros presidentes, eu não estou mandando vocês comprar armas, porque diziam para comprar para defender a democracia. Eu quero que vocês produzam o máximo que puderem produzir de alimentos da maior qualidade porque a grande arma que precisamos do país é povo de barriga cheia", afirmou. PÁGINA 2

TESOURO

Dívida pública em maio fica em mais de R$ 6 trilhões

PÁGINA 2

CÂMARA MUNICIPAL

Rio começa a votar revisão do Plano Diretor

A Câmara do Rio de Janeiro aprovou em primeira discussão, ontem, as emendas da prefeitura ao projeto de lei de revisão do Plano Diretor. O texto define as diretrizes de construção e crescimento da cidade nos próximos dez anos. O projeto ainda passará por segunda discussão, em agosto, antes de ser aprovado em definitivo. O último Plano Diretor do Rio é de 2011. Desde que o projeto de lei da revisão começou a tramitar, em setembro de 2021, mais de 200 emendas ao texto original foram apresentadas pela prefeitura e 186 foram incluídas no parecer da comissão do Plano Diretor. O texto levado à discussão nesta quarta dispensa a obrigação de que novos edifícios construídos em bairros da zona sul, do centro e da zona norte do Rio tenham vagas de estacionamento. Se a emenda for aprovada, a decisão de incluir as vagas será do responsável pela construção.Nas edificações situadas na Barra da Tijuca, Jacarepaguá e outros bairros da zona oeste, a obrigação de ter vagas de estacionamento se mantém: a exigência é de 1 vaga para cada 4 unidades. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -0,72% / 116.681,32 / -841,55 / Volume: R$ 21.755.032.738 / Negócios: 3.560.655

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
EMBRAER ON NM	18.18	+4.30	+0.75
YDUQS PART ON NM	17.85	+4.63	+0.79
GOL PN N2	12.69	+2.59	+0.32
COGNA ON ON NM	3.09	+1.98	+0.06
HAPVIDA ON NM	4.14	+1.47	+0.06

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	8.30	–4.27	–0.37
JBS ON ED NM	16.34	–4.22	–0.72
BRADESPAR PN N1	22.13	–3.70	–0.85
GRUPO NATURAON NM	16.79	–3.23	–0.56
DEXCO ON NM	8.00	–3.61	–0.30

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	64.72	–3.16	–2.11
PETROBRAS PN N2	30.89	+0.95	+0.29
BRADESCO PN EJ N1	16.10	–1.65	–0.27
ASSAI ON NM	13.07	–0.15	–0.020
LOCALIZA ON NM	66.35	–0.33	–0.22

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.926,74	+0,63
NASDAQ Composite	13.555,672	+1,65
Euro STOXX 50	4.307,08	+0,63
CAC 40	7.215,58	+0,43
FTSE 100	7.461,46	+0,11
DAX 30	15.846,86	+0,21

Salário mínimo	R$ 1.320,00	IGP-M	-1,84% (mai.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA	0,23% (mai.)	Compra: 5,3328	Venda: 5,5128
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(21/06)	13,75%	0,97	até o dia 28/jun.	Compra: 4,8557	Venda: 4,8563
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(28/6)	0,68%	BM&F/grama	R$ 297,00	Compra: 4,8466	Venda: 4,8472
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(06/2023)	0,1799%	Compra: 5,2898	Venda: 5,2904	Compra: 4,8530	Venda: 5,0330

Economia

MERCADOS

Dólar tem forte alta e encosta em R$ 4,85; Bolsa cai pelo 3º dia

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em um dia de pessimismo no mercado internacional, o dólar teve forte alta e voltou a fechar acima de R$ 4,80 pela primeira vez em quase duas semanas. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu pela terceira vez consecutiva, num momento de correção das altas recentes.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 4,848, com alta de R$ 0,049 (+1,02%). A cotação operou em alta durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 9h50, chegou a R$ 4,87.

A moeda fechou acima de R$ 4,80 pela primeira vez desde 16 de junho. Mesmo com a alta de ontem, a divisa acumula queda de 4,43% em junho e de 8,18% em 2023.

No mercado de ações, o dia também foi turbulento. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 116.681 pontos, com recuo de 0,72%. O indicador atingiu o menor nível desde 7 de junho, puxado por varejistas, mineradoras e bancos.

No Brasil, os investidores aguardam a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) hoje, em que será decidida a meta de inflação de 2026, com possibilidade de revisão das metas de 2023, 2024 e 2025. Com base nas metas, o Banco Central brasileiro define a taxa Selic, juros básicos da economia.

GOVERNO LULA

Plano Safra da Agricultura Familiar terá R$ 71,6 bilhões

O presidente Lula (PT) anunciou ontem o Plano Safra voltado à agricultura familiar. O mandatário afirmou que o programa prevê a destinação de R$ 71,6 bilhões ao crédito rural para 2023 e 2024. Segundo ele, o montante é 34% superior à safra passada.

Também está prevista a redução da taxa de juros de 5% para 4% ao ano para quem produzir alimentos específicos, como arroz, feijão, leite e ovos, entre outros.

Diversas lideranças e militantes do MST (Movimento Sem Terra) participaram do evento no Palácio do Planalto.

No discurso, Lula mandou indiretas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Veja que diferente de outros presidentes, eu não estou mandando vocês comprar armas, porque diziam para comprar para defender a democracia. Eu quero que vocês produzam o máximo que puderem produzir de alimentos da maior qualidade porque a grande arma que precisamos do país é povo de barriga cheia", afirmou.

O chefe do Executivo voltou a falar em criar uma "prateleira" de terras para evitar invasões.

"Se nós temos em cada estado um instituto que cuida da terra, a minha pergunta é a seguinte: por que a gente tem que esperar as pessoas invadirem uma terra para a gente poder comprar? Por que a gente não faz um levantamento de todas as terras devolutas, todas as terras ociosas, e a gente cria no governo um balcão, uma prateleira de terras?", disse.

Segundo ele, a ideia pode ser estendida para a área urbana também. "Isso vale tanto para o campo quanto como vale para a periferia desse país. Quantas terras deve ter devolutas, deve existir da União, nos Estados e o povo morando apinhando em palafita, enquanto a gente pode dar aquela terra para o povo, fazer financiamento, e recuperar a dignidade do ser humano", afirmou.

Na terça-feira passada, Lula já havia anunciado que o Plano Safra 2023/2024 irá somar R$ 364,22 bilhões para o financiamento da atividade agropecuária de médios e grandes produtores rurais.

BLOCOS

Presidente de Portugal quer acordo entre UE e Mercosul ainda em 2023

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, defendeu ontem a aproximação da União Europeia com o Mercosul, em especial com o Brasil, por sua liderança frente aos países em desenvolvimento. Rebelo disse ser fundamental que um acordo entre os blocos "seja celebrado o mais rápido possível".

"É fundamental que seja celebrado um acordo entre a União Europeia e o Mercosul, e que seja celebrado o mais rápido possível. Se viável, durante a presidência espanhola da União Europeia até o fim do ano."

A afirmação foi feita durante a cerimônia de encerramento do 11º Fórum Jurídico de Lisboa, na capital portuguesa. A cerimônia contou com a participação do vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Segundo o presidente português, a União Europeia perderá a oportunidade de exercer "papel global no diálogo entre os grandes poderes do mundo", caso mantenha a tendência de restringir suas parcerias.

"Se a União Europeia perder a oportunidade, por cegueira de um país ou por razões de conjuntura, perderá a oportunidade de ter papel global no diálogo entre os grandes poderes do mundo", discursou Marcelo Rebelo.

Segundo ele, essa perda de espaço político do bloco europeu ficará ainda mais evidente caso não estabeleça, também, parceria com o continente africano. Se assim for, acrescentou, "restarão apenas Estados Unidos da América e China. Isso é ruim para nós: para o Brasil, para Portugal, para o mundo que o Brasil lidera, e para a União Europeia que Portugal integra".

PODERES DIGITAIS

Marcelo Rebelo acrescentou que a união entre países é necessária, inclusive, para enfrentar, de forma conjunta, problemas e riscos contemporâneos para as democracias, em especial aqueles que têm sido potencializados via ambiente digital.

"Os novos poderes digitais são transnacionais e exigem respostas transnacionais. Não sendo possível, exigem ao menos pequenas respostas nacionais ou continentais. Mas, se possível, respostas transnacionais", disse o português ao ressaltar a importância de especialistas, políticos e juristas descobrirem "fórmulas de responder aos algoritmos", para evitar riscos às democracias.

"Se nós escolhemos o caminho da democracia, escolhemos o caminho da dignidade da pessoa; dos direitos e das diferenças entre pessoas; do pluralismo, do diálogo e da tolerância. Isso significa salvaguardar este conjunto de valores o mais rápido e o mais amplamente possível", acrescentou ao criticar o poder que "os donos do digital" detêm sobre informações nem sempre verdadeiras, mas que são divulgadas por meio das redes sociais.

Também em discurso, o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu regras para evitar o mau uso das ferramentas de comunicação digital.

"Temos os desafios do mundo à frente do mundo digital e, aí, a governança digital pode e deve permitir a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Mas, ao mesmo tempo, precisa evitar fake news, desinformação, injúria, além de estabelecer as regras para esse novo momento que o mundo vai viver", disse o vice-presidente.

TESOURO

Dívida Pública cai 0,31% em maio, mas fica acima de R$ 6 trilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O alto volume de vencimento de títulos vinculados à inflação fez a Dívida Pública Federal (DPF) cair levemente em maio. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 6,033 trilhões em abril para R$ 6,014 trilhões no mês passado, recuo de 0,31%.

Apesar da queda, o indicador continua acima de R$ 6 trilhões, cuja barreira foi superada pela primeira vez na história em abril. O Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 0,4%, passando de R$ 5,79 trilhões em abril para R$ 5,767 trilhões em maio. No mês passado, o Tesouro resgatou R$ 74,68 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à inflação. A dívida interna só não caiu mais porque houve a apropriação de R$ 51,46 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 139,775 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em maio, os resgates somaram R$ 214,458 bilhões.

No mercado externo, a alta do dólar em maio aumentou o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 1,8%, passando de R$ 242,42 bilhões em abril para R$ 246,78 bilhões em maio. O principal fator foi a queda de 1,9% da moeda norte-americana no mês passado.

COLCHÃO

Após subir em abril, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a cair em maio. Essa reserva passou de R$ 1,053 trilhão em abril para R$ 983 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a alta concentração de vencimentos em maio.

Atualmente, o colchão cobre 8,06 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,205 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

O alto volume de vencimentos mudou a composição da DPF. A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu levemente, de 38,84% em abril para 39,74% em maio. O PAF prevê que o indicador feche 2023 entre 38% e 42%. Como esse tipo de papel voltou a atrair o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Selic, a previsão é que o percentual volte a subir nos próximos meses.

A fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) aumentou, passando de 24,81% para 26,17%. O PAF prevê que a parcela da Dívida Pública Federal corrigida por esse indicador terminará o ano entre 23% e 27%.

ABIMAQ

Venda de máquinas e equipamentos registra alta de 10,6% em maio

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Em maio, a indústria brasileira de máquinas e equipamentos registrou uma receita líquida de R$ 24,9 bilhões, o que significou recuperação em relação a abril, com aumento de 10,6%. No entanto, na comparação anual, houve queda de 15,6%, o que indicaria continuidade da desaceleração dos investimentos em máquinas e equipamentos no Brasil, informou ontem a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

As vendas internas somaram R$ 18,3 bilhões em maio, valor 4,1% superior a abril e 23,2% inferior a maio do ano passado.

As exportações, por sua vez, atingiram US$ 1,3 bilhão, aumento de 35,7% na comparação com abril e de 22,2% sobre maio de 2022.

Já as importações somaram US$ 2,6 bilhões em maio, avanço de 27% sobre abril e de 24,8% sobre maio do ano passado.

O saldo da balança comercial na venda de máquinas e equipamentos ficou negativo em US$ 1,2 bilhão em maio.

Considerando-se os cinco primeiros meses do ano, o setor acumulou uma receita líquida de R$ 117,5 bilhões, 8,5% a menos do que o registrado no mesmo período do ano passado. Já o mercado interno acumulou R$ 88,5 bilhões no ano, o que representou recuo de 14,3% quando comparado com o mesmo período de 2022.

OCUPAÇÃO

O número de pessoas ocupadas na indústria brasileira de máquinas e equipamentos encolheu 0,1% em maio, somando 393.286 empregados. Segundo a Abimaq, a queda se deve à desaceleração das atividades nos últimos meses, que levou a novas demissões em 2023. Em relação a setembro de 2022, mês que registrou número recorde de pessoas no setor, o quadro de pessoal encolheu em 6 mil pessoas.

RENEGOCIAÇÃO

Programa Desenrola inclui dívida de consignado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, ontem, que bancos, outras instituições financeiras e demais credores já podem aderir ao Desenrola, de renegociação de dívidas.

"Agora vai entrar em operação para os credores aderirem ao programa", disse em conversa com jornalistas. Ainda não foi divulgado quando os devedores poderão fazer a inscrição.

Mais cedo, foi publicada a portaria no Diário Oficial da União com as regras do programa, que incluem a retirada do nome da lista de inadimplentes de quem tem dívida de até R$ 100 e a renegociação de valores do empréstimo consignado na faixa 1 do programa.

A estimativa do governo federal é que 70 milhões de pessoas participem do Desenrola Brasil e até R$ 100 bilhões podem ser renegociados de brasileiros que estão endividados.

A portaria inclui a possibilidade de renegociação na faixa 1 das dívidas que são originárias de empréstimo consignado. Outra novidade é que apenas pessoas que entraram na lista de negativados após 1º de janeiro de 2019 e tiveram o nome mantido até 31 de dezembro de 2022 poderão renegociar.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 20º Tarde 16º Noite 5% 06:49 17:32 **INVERNO:** Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

IBGE

Falta de contagem, atrasos e Covid explicam 'Censo menor'

A população brasileira contabilizada pelo Censo Demográfico 2022 foi de 203,1 milhões, abaixo de dados prévios e estimativas do próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é o responsável pela contagem dos habitantes.

Para analistas, uma combinação de fatores pode estar por trás da diferença. Um deles é a ausência de uma contagem populacional mais enxuta do que o Censo no meio da década passada, o que teria prejudicado o modelo de estimativas até 2021.

Dificuldades de coleta de dados vistas ao longo do recenseamento de 2022 e até efeitos da pandemia de Covid-19 não captados anteriormente também são apontados como possíveis fatores para a discrepância entre os dados.

Em 2021, a estimativa do IBGE indicava uma população de 213,3 milhões de habitantes no Brasil. Esse número é 10 milhões acima do contabilizado de fato pelo Censo de 2022 (203,1 milhões).

As estimativas feitas em anos sem recenseamento são atualizadas a partir do Censo mais recente. Para calibrá-las, especialistas recomendam uma contagem mais enxuta no meio de cada década. Essa contagem, porém, foi cancelada em 2015 por falta de verba.

"Se houvesse a contagem, você melhoraria as projeções", diz o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, pesquisador aposentado do IBGE.

Ele destaca que o dado de população trazido pelo Censo 2022 veio "abaixo do esperado" e também chama atenção para os possíveis reflexos causados pelos adiamentos da pesquisa.

O recenseamento estava previsto inicialmente para 2020, mas foi inviabilizado à época pelas restrições da pandemia. Em 2021, houve novo adiamento, desta vez em razão do corte orçamentário no governo Jair Bolsonaro (PL).

"O adiamento foi muito ruim, porque tivemos uma década com muitos problemas. Tivemos um novo Censo depois de 12 anos. Isso tudo ficou muito prejudicado", afirma Alves.

Para ele, ainda não existem elementos suficientes para confirmar os motivos de a população recenseada ter ficado abaixo do que era esperado. Segundo o especialista, é preciso aguardar os novos dados do Censo 2022, que devem ser divulgados ao longo dos próximos meses.

"O Censo está aí, não temos condições de fazer outro neste momento. Mas não podemos pegar a ferro e fogo cada número. É preciso analisar outras informações, como registros administrativos."

As diferenças também aparecem na comparação com uma prévia do Censo divulgada pelo IBGE em dezembro de 2022. Essa prévia indicava uma população de 207,8 milhões no Brasil no ano passado.

O órgão chegou ao número a partir de dados parciais do Censo e de estimativas para as áreas que ainda não haviam sido recenseadas.

"Essa prévia foi feita em dezembro utilizando um modelo estatístico para chegar a um número parcial. Você não tinha todos os elementos para fazer as estimativas", afirma Alves.

Com orçamento apertado e dificuldades para alcançar parte dos domicílios, o IBGE teve de estender a coleta do Censo 2022 até 2023. Mais de 16 milhões de pessoas foram inseridas na pesquisa neste ano, até maio, segundo o órgão.

"A prévia do Censo foi feita a partir de um modelo, mas, de lá para cá, a gente teve mais cinco meses de coleta. Foram adicionadas informações para recalibrar os dados", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

COVID-19

Ele considera que eventuais efeitos da pandemia sobre mortes e decisões de casais de postergar o nascimento de filhos podem explicar a diferença do Censo em relação a estimativas e dados prévios.

"É preciso reforçar o pedido para que, em 2025, o governo libere a nova contagem. Ela é muito importante para os modelos demográficos", diz.

Imaizumi ainda chama atenção para as dificuldades que o IBGE teve para alcançar parte dos domicílios em 2022, com possíveis reflexos sobre os resultados do recenseamento.

Em pesquisas como o Censo, e não só no Brasil, é usada a técnica de imputação em endereços ocupados cujos moradores não participam das entrevistas. Trata-se de uma estimativa.

No Censo 2022, a população imputada foi de quase 8 milhões, o equivalente a 3,92% do total. A contada alcançou 195,1 milhões.

No Censo de 2010, a parcela resultante do processo de imputação havia sido de 2,8 milhões, segundo o IBGE. Foi menos de 2% do total à época (190,8 milhões).

Em conversa com jornalistas na segunda-feira (26), o presidente interino do IBGE, Cimar Azeredo, afirmou que a imputação não chegou a prejudicar o resultado geral do Censo 2022.

"Hoje, a gente tem total certeza de que a população é essa que está colocada, os 203 milhões", disse.

Ontem, Azeredo afirmou que a "explicação melhor" para a diferença entre o Censo e os outros dados ainda depende da divulgação de indicadores de migração, fecundidade e mortalidade.

"A gente já esperava diferença, mas não podia imaginar que fosse tão alta. A gente sabia que ia dar uma diferença em relação à população que estava sendo estimada, isso mostra a importância de fazer uma contagem no meio da década", disse.

Em razão dos problemas na coleta em 2022, é até normal que a imputação tenha crescido neste Censo, segundo Roberto Olinto, pesquisador do FGV Ibre e ex-presidente do IBGE.

PUC INVADIDA

Reitora e alunos assinam carta contra homenagem ao coronel Erasmo Dias

A reitora da PUC-SP, Maria Amália Pie Abib Andery, professores e alunos da universidade assinaram uma nota em repúdio à lei em homenagem ao coronel Erasmo Dias, promulgada ontem. Expoente da ditadura militar, ele coordenou uma invasão na instituição de ensino.

A iniciativa foi do Centro Acadêmico 22 de Agosto da PUC-SP. O diretor da Faculdade de Direito da instituição, Vidal Serrani Nunes Júnior, e os professores Pedro Serrano, Lucineia Costa e Fabio Uchoa Coelho estão entre os signatários, além de outras organizações estudantis.

Como mostrou a coluna Painel, do jornal Folha de S.Paulo, a lei estabelece que um entroncamento localizado na cidade natal do homenageado, Paraguaçu Paulista, passe a ser denominado "Deputado Erasmo Dias".

Secretário de Segurança Pública de São Paulo de 1974 a 1979, ele ficou conhecido por comandar a invasão na PUC de São Paulo em setembro de 1977, na última grande operação do regime militar (1964-1985) contra o movimento estudantil. Na ocasião, estudantes faziam um ato público pela reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes).

O manifesto diz que o projeto é "absolutamente antidemocrático" e "invalida a luta de milhares de estudantes e centenas de militantes que perderam suas vidas durante a ditadura militar".

"A Faculdade de Direito da PUC-SP sempre esteve ao lado do Estado democrático de Direito, da luta contra a opressão e o autoritarismo e, portanto, não se calará perante a aprovação de um projeto que homenageia traidores do povo. Exigimos ao exmo. sr. Governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que vete o Projeto de Lei. Lembrar é resistir", segue o texto.

A ação na PUC-SP resultou na detenção de 854 pessoas, levadas ao Batalhão Tobias de Aguiar. Delas, 92 foram fichadas no Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) e 42 acabaram processadas com base na Lei de Segurança Nacional, acusadas de subversão.

Dias foi deputado federal entre 1979 e 1983 e estadual entre 1987 e 1999. Ele morreu em 2010 aos 85 anos.

Como Tarcísio está em Portugal, onde participa do Fórum Jurídico de Lisboa, a iniciativa de aprovar o decreto do ex-deputado Frederico D'Ávila (PL) coube ao vice-governador Felício Ramuth (PSD) e aos secretários Gilberto Kassab (Governo), Natália Resende (Infraestrutura) e Edilson José da Costa (secretário-executivo da Casa Civil).

Crescimento menor da população deve reconfigurar áreas como saúde e educação

O crescimento cada vez menor da população brasileira deve reconfigurar as demandas da sociedade e a formatação de políticas públicas em áreas como saúde, economia e educação nas próximas décadas.

É o que apontam especialistas a partir dos primeiros dados do Censo Demográfico 2022, divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo a contagem, a população residente no país chegou a 203,1 milhões. Isso representa um crescimento médio de 0,52% ao ano em relação ao Censo de 2010 (190,8 milhões).

Trata-se do menor avanço já registrado na série histórica de 150 anos. A primeira operação censitária do Brasil ocorreu em 1872.

"O grande desafio é redimensionar todas as políticas econômicas do país em cima disso. Quando falo de política econômica, falo de saúde, de educação, do investimento que precisará ser feito observando as faixas etárias e o envelhecimento da população", diz o ex-presidente do IBGE Roberto Olinto, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

"Isso tudo vai exigir que o governo tenha investimentos olhando para a nova realidade. Educação e saúde são fundamentais", completa.

O crescimento anual da população brasileira alcançou 2,99% na passagem de 1950 para 1960, segundo os dados do Censo.

Esse percentual encolheu de forma consecutiva nas décadas seguintes, até atingir 1,17% em 2010 e 0,52% em 2022. É a primeira vez que o avanço fica abaixo de 1% em um Censo.

"A população está envelhecendo. Isso significa que haverá uma carga de pessoas mais velhas precisando de tratamento, de atendimento médico", afirma o sociólogo Simon Schwartzman, também ex-presidente do IBGE.

"Ao mesmo tempo, vai ter menos gente trabalhando para sustentar uma população mais velha. Isso vai ter impacto sobre a Previdência Social, vai ter menos gente recolhendo dinheiro à Previdência e mais gente tendo de receber benefícios. Tem uma série de implicações que vão vir", acrescenta.

Os dados divulgados pelo IBGE nesta quarta ainda não trazem detalhamentos sobre faixa etária, cor ou raça e gênero.

Questões como essas devem ser apresentadas nas próximas divulgações do Censo 2022. Especialistas aguardam os novos dados para entender melhor a dinâmica de crescimento da população nos últimos anos.

"Temos um fator importante a ser considerado que é a pandemia", afirma a geógrafa Raquel Panke, professora da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) e pós-doutoranda em desenvolvimento regional.

"Infelizmente, tivemos uma mortalidade acima do padrão e, além disso, muitas famílias que planejavam ter filhos esperaram. Isso [a pandemia] certamente se refletiu nos dados", acrescenta.

O demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, pesquisador aposentado do IBGE, avalia que o crescimento menor da população encaminha o país para o fim do chamado bônus demográfico.

BENEFÍCIOS FISCAIS

Ex-secretário: TCE reconhece avanços na transparência

Secretário da Fazenda da gestão Rodrigo Garcia (PSDB), o economista Felipe Salto entende que houve um reconhecimento por parte do TCE (Tribunal de Contas do Estado) dos esforços do governo anterior de aumentar a transparência quanto aos benefícios fiscais.

Em sessão ontem, o TCE aprovou com ressalvas as contas de Garcia do ano passado, criticando o fato de renúncias fiscais permanecerem sob sigilo.

"O reconhecimento dos conselheiros, em geral, apesar das ressalvas quanto às renúncias, é muito gratificante para mim como ex-secretário. Cito particularmente o presidente (Sidney) Beraldo, que fez uma fala final sobre a nossa gestão modernizante na Secretaria da Fazenda", disse Salto.

Na semana passada, o TCE adiou a análise das contas da gestão Garcia, exigindo que o estado detalhasse os benefícios. Para atender ao pedido, o atual governo, comandado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), enviou mais informações, mas que ainda foram consideradas insuficientes pela corte. Mesmo assim, as contas foram aprovadas.

O ex-secretário afirma que em sua gestão instituiu novos processos para os benefícios fiscais, com duas resoluções e a criação de estruturas para avaliar os benefícios tributários quanto aos resultados.

PF PERDE

Coordenação da segurança de Lula volta para militares

O presidente Lula bateu o martelo sobre a sua segurança pessoal, que vai voltar para a responsabilidade dos militares do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

A decisão foi tomada na tarde desta quarta-feira, em reunião com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Marcos Antonio Amaro (GSI) e Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública).

A mudança representa uma derrota para Dino e para a Polícia Federal, que buscavam manter a atribuição sob sua tutela.

Após a reunião, o ministro Rui Costa afirmou que se tratava de um modelo "híbrido", com a atuação de militares, policiais federais e eventualmente policiais dos estados. No entanto, ressaltou que a coordenação ficará a cargo do GSI.

A decisão de Lula foi tomada dois dias antes do prazo final do decreto que criou a Sesp (Secretaria Extraordinária de Segurança Presidencial), que ficou alocada no gabinete presidencial. Dino acrescentou que a secretaria será extinta porque "não há mais razão de ser".

O governo acabou adotando uma espécie de modelo híbrido, com participação de integrantes da PF, mas sob o comando do GSI.

Essa alternativa já vinha sendo levantada por auxiliares palacianos, mas encontrava resistência na PF. Integrantes da corporação chegaram a dizer, reservadamente, que o modelo pode fracassar e colocar em perigo a segurança das autoridades, uma vez que eles atuam em sistemas diferentes.

A Sesp está atrelada ao gabinete presidencial e se ocupa apenas da segurança imediata do chefe do Executivo, do vice Geraldo Alckmin (PSB) e de seus familiares. Os outros dois círculos de proteção, a aproximada e afastada, continuavam a cargo do GSI.

A imediata é a segurança pessoal. Na aproximada, militares atuam próximos ao mandatário em eventos e viagens, além de estabelecer parâmetros para situações de emergência.

A afastada é composta pelos responsáveis por varreduras e vigilância ostensiva em locais de eventos, com auxílio de outras forças de segurança.

As semanas que antecederam o anúncio foram embates nos bastidores e ruídos no primeiro escalão do governo. Na última quinta-feira, Dino deu uma declaração na contramão do que haviam dito Costa e Amaro, no sentido de que a segurança presidencial retornaria ao GSI.

A segurança presidencial tornou-se alvo de disputa nos últimos meses, opondo a Polícia Federal e o novo chefe do GSI, general Marcos Antonio Amaro.

Desde o início do ano, essa atividade era atribuição de policiais federais. Um dos primeiros atos do governo foi a criação da Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata, cujo chefe era o delegado Alexsander Castro de Oliveira.

A portaria que criou o órgão, no entanto, previa que ele existiria de caráter extraordinário até o dia 30 de junho. Os policiais federais, que vem usando recursos próprios para desempenhar essas atividades de segurança, pretendiam torná-la permanente.

PLANO DIRETOR

Vereadores de SP aprovam brecha para furar teto salarial

Os vereadores de São Paulo aprovaram um projeto de lei que incluiu um substitutivo com uma série de benefícios aos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal, como verbas indenizatórias que não integram o cálculo do teto salarial do funcionalismo público.

O texto foi aprovado em votação relâmpago durante sessão do último dia 21, quando a Casa estava envolvida com as discussões do novo Plano Diretor. Naquela data estava prevista a análise do texto que muda as regras de construção e ocupação da cidade pelos próximos seis anos, mas a votação foi adiada. Em sessão extraordinária, os parlamentares, então, aprovaram o projeto de lei 266/2023 com o substitutivo. O texto aprovado trata de uma formalidade burocrática e estabelece regras para adequar as normas municipais à nova lei de licitações, que aumentou o limite de orçamentos com dispensa de licitação. As novas regras definiram teto de R$ 50 mil para bens e serviços comuns e R$ 100 mil para obras e serviços de engenharia.

Enviado ao plenário em segunda votação na última quarta, porém, o projeto ganhou um substitutivo, de autoria da mesa diretora da Câmara, liderada pelo vereador Milton Leite (União Brasil), que prevê uma série de benefícios aos servidores da Casa. No jargão legislativo, a prática em que um assunto sem relação com o projeto original é inserido no texto é conhecida como jabuti.

INVERNO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 29º 15º 5% 06:32 17:19

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

A genialidade de Malala

A ativista Malala Yousafzai, prêmio Nobel da Paz de 2014, voltou ao Brasil, onde se sente muito bem. Falou para milhares de interessados: "A escola não deveria ser um espaço de medo. As pessoas deveriam se sentir protegidas quando vão para a escola e voltam para suas casas." Seria tão bom se isso fosse uma realidade, quando se sai da teoria para a prática.

Malala tem opinião firmada sobre a internet: "Todos estão expostos à desinformação na internet, e isso é um grande problema, porque pode enganar as pessoas e levá-las a coisas terríveis. É importante que todos tenhamos responsabilidade nessas ferramentas, do diretor das plataformas aos seus usuários." A sua palestra no Rio de Janeiro foi muito apreciada.

Sua tese fundamental é de que o Brasil precisa de educação digital nas escolas. No livro "Eu sou Malala", lançado em 2013, a escritora paquistanesa, graduada em Filosofia Política e Economia pela Universidade de Oxford, afirma que as redes sociais são plataformas poderosas para atingir jovens. No seu Instituto jovens de mais de 100 países compartilham suas histórias. Falam sobre mudanças climáticas, saúde reprodutiva e segurança nas escolas. Discutem como se tornar agentes da mudança necessária.

"Temos que nos preocupar com a existência de mais de 130 milhões de meninas fora da escola. Como utilizar a internet para corrigir isso?" – pergunta ela.

Malala criticou a desinformação na Internet. "Devemos ensinar as pessoas sobre o funcionamento da tecnologia, das plataformas e dos algoritmos. Assim, os jovens não vão mais acreditar em informações falsas. "Espero convencer especialmente as meninas a respeito desses novos tempos. Quero fazer a conexão entre suas vozes e as vozes dos líderes." – disse ela.

A preocupação do Malala Fund se volta especialmente para as meninas negras, indígenas e quilombolas. Há ênfase nos seus direitos e na educação igualitária e segura para todos.

Quando esteve aqui, a líder paquistanesa afirmou que o Brasil tem chance extraordinária de liderar esse processo, e ela quer ajudar no que couber. Vai enfatizar isso no seu novo livro de memórias.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Rio Branco n. 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ,inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os funcionários da Empresas, **CONQUISTA SERVICO E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA**, CNPJ. **05.769.219/0001-73**, filiados e não filiados, para participarem da **Assembléia Geral Extraordinária se realizará no dia, 04/07/2023, às 10h00 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 10h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação**, com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte, **ORDEM DO DIA: A)** Aprovar e autorizar o Sindicato assinar o reajuste salarial ano 2023/2024, citada acima **B)** Aprovar e autorizar a empresa o desconto de R$10,00 (dez reais), mensais para todos os funcionários, inclusive os temporários. **C)** Assuntos gerais. Rio de janeiro, 28 de Junho de 2023.
Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio – Concer
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58
Licença de Operação (LO) nº 1187/2013 – 1ª Renovação
A **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (CONCER)** torna público que recebeu do **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)** a renovação de sua Licença de Operação – LO (número do processo: 02001.000647/2010-37), referente à operação da rodovia federal BR-040/RJ-MG, trecho Rio de Janeiro/RJ a Juiz de Fora/MG, segmentos do km 773,5 (MG) ao km 828,7 (MG) e do km 0 (RJ) ao km 125,2 (RJ), com extensão de 180,4 quilômetros, com validade de 10 (dez) anos, a contar a partir de 15 de maio de 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Com o prazo de vinte dias
O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Josimar de Miranda Andrade - Juiz Titular do Cartório da 20ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115 L1 SL 201 CORR C CEP: 20020-000 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-2376 e-mail: cap20vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0202441-69.2017.8.19.0001, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ARPANEMA; PAULO DAUDT LYRA DARRIGUE DE FARO em face de ESPÓLIO DE DOMENICO GIUSTINO,objetivando que a parte ré cumpra as obrigações condominiais, encontrando-se em atraso com o pagamento referente ao período de 05/10/2016 à 05/02/2017; 05/06/2017 e 15/07/2017 no valor de R$ 6.947,77 (seis mil novecentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos) . Assim, pelo presente edital INTIMA parte ré, ora executada, ESPÓLIO DE DOMENICO GIUSTINO, que se encontra em lugar incerto e desconhecido , para cumprimento de sentença, nos termos do art. 523 do CPC. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro,07 de junho de 2023. Eu, _____ Cristina Marques Gonçalves - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/26528, digitei. E eu, _____ Flavio Plastina Cardoso - Chefe de Serventia - Matr. 01/22061, o subscrevo.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

Buscas

Destroços do submarino Titan são retirados do mar

Destroços do submersível Titan, que implodiu no Atlântico enquanto fazia uma expedição ao Titanic, foram retirados do oceano ontem, relatou a agência Associated Press.

As partes que restaram do veículo desembarcaram em St. John's, na região canadense de Newfoundland, trazidas pelo navio Horizon Arctic, que foi usado nas buscas. Ele carregava um ROV (veículo operado remotamente, na sigla em inglês) usado para localizar o Titan. Ainda de acordo com a Associated Press, os proprietários do ROV, da empresa Pelagic Research Services, confirmaram que suas equipes concluíram o trabalho de buscas que durou dez dias. Imagens mostram várias peças brancas que parecem fazer parte da estrutura do Titan.

A Guarda Costeira dos EUA comunicou na última segunda-feira a abertura de uma investigação sobre o caso. Segundo informou na ocasião, os destroços do veículo estavam a 488 metros da proa do Titanic, naufragado em 1912, a quase 4 km de profundidade e a 600 km da costa leste do Canadá.

O Titan desapareceu no Atlântico, com cinco pessoas a bordo, no último dia 18. Dias depois, em 22 de junho, a Guarda Costeira americana confirmou que o submersível sofreu uma implosão, que chamou de catastrófica.

Morreram no acidente, o diretor-executivo e co-fundador da OceanGate, Stockton Rush, de 61 anos, era engenheiro e já havia trabalhado na construção de outras embarcações submersíveis. HAMISH HARDING, bilionário britânico de 58 anos era diretor da Action Aviation.

SHAHZADA DAWOOD, empresário, de 48 anos, era vice-presidente da Engro Corporation – conglomerado de empresas fabricantes de fertilizantes, energia e alimentos. Ele estava acompanhado de seu filho, SULEMAN DAWOOD, de 19 anos. Os 2 eram paquistaneses. PAUL-HENRY NARGEOLET, de 77 anos, era especialista em Titanic, além de ser ex-comandante da marinha francesa.

França

Morte de adolescente pela polícia nos subúrbios de Paris detona revolta nas ruas

A morte de um adolescente de origem argelina de 17 anos pela polícia nos subúrbios de Paris, na terça-feira, provocou distúrbios nas ruas da cidade, com enfrentamentos das autoridades e cerca de 40 carros queimados. A abordagem e o tiro foram filmados por uma testemunha e o vídeo se espalhou rapidamente pela mídia francesa e pelas redes sociais.

Ao menos 31 pessoas foram presas nessa noite, quando jovens atiraram pedras e dispararam fogos de artifícios contra policiais, que respondeu atirando bombas de gás lacrimogênio.

Já nesta quarta-feira, o premiê francês Emmanuel Macron clamou por justiça. "Temos um adolescente que foi morto, é inexplicável e indesculpável. Nada justifica a morte de um jovem", disse. Promotores abriram uma investigação de assassinato.

O ministro do interior, Gérald Darmanin, pediu calma à população e afirmou que 2.000 policiais seriam mobilizados em toda a França na noite desta quarta para conter qualquer nova agitação.

No vídeo, há dois policiais de capacete próximos à janela do motorista de um carro de luxo amarelo. Um deles aparentemente está conversando com o rapaz enquanto o outro aponta a arma.

Após alguns segundos, o motorista acelera, ao que o policial armado reage atirando uma vez. Poucos metros depois, sem direção, a Mercedes AMG sobe numa calçada e bate num poste. O rapaz morreu cerca de uma hora depois.

O caso aconteceu por volta das 8h15, em Nanterre, na região oeste de Paris. Duas outras pessoas estavam no carro, sendo que uma delas foi interrogada e liberada e a outra está foragida. A polícia informou que os policiais tentaram parar o carro após o motorista cometer várias infrações de trânsito. Mas ele teria fugido, antes de ficar preso num congestionamento.

O ministro do interior disse que os dois policiais são membros experientes da polícia de trânsito, na casa dos 30 e início dos 40 anos, e não tinham registro de má conduta. Darmanin acrescentou que "um ato como o que vimos, se a investigação confirmar os vídeos que vimos, nunca se justifica".

No TikTok, uma mulher que se identificou como a mãe do rapaz morto convocou pessoas a irem às ruas de Nanterre nesta quinta-feira. "Venham todos, vamos liderar uma revolta pelo meu filho", disse ela.

O advogado da família, Yassine Bouzrou, afirmou: "Você tem um vídeo que é muito claro: um policial matou um jovem de 17 anos. Podemos ver que aquele tiro não está dentro das regras".

O mesmo disse a primeira-ministra francesa, Elizabeth Bourne, na Assembleia Nacional, ao comentar que a ação "parece claramente não cumprir as regras de engajamento de nossas forças policiais" e que "toda a nação foi afetada por esta tragédia". Os legisladores fizeram um minuto de silêncio.

Grupos de direitos humanos alegam racismo sistêmico dentro das agências policiais. "Como mãe de Nanterre, sinto insegurança por nossos filhos", disse à Reuters Mornia Labssi, moradora local e ativista antirracismo.

Essa é a segunda mote por tiros de policiais na França durante batidas de trânsito neste ano. Em 2022, houve um recorde de 13 mortos nessas circunstâncias. Em 2021, esse número foi de três, e, em 2020, de dois.

Guerra

Ucrânia acusa Rússia de ataque contra restaurante

Ao menos dez pessoas morreram e mais de 60 ficaram feridas em um ataque atribuído à Rússia contra um restaurante popular em Kramatorsk, uma das últimas grandes cidades sob domínio da Ucrânia no leste do país. Três menores de idade, incluindo um bebê, estão entre os mortos.

A ofensiva ocorreu após um motim de mercenários em território russo, na mais grave crise da era Vladimir Putin (**foto**), iniciada em 1999. O movimento despertou temores de endurecimento militar de Moscou na Ucrânia.

O ataque destruiu o Ria Pizza, estabelecimento muito procurado por soldados, jornalistas e trabalhadores de organizações humanitárias, segundo a imprensa local. Três colombianos estavam no restaurante e sofreram ferimentos leves.

Autoridades ucranianas disseram que a Rússia disparou dois mísseis terra-ar S-300 contra a cidade, que tinha 150 mil habitantes antes da guerra. As operações de resgate continuavam nesta quarta, e sete pessoas haviam sido retiradas dos escombros com vida.

FOLHAPRESS

As pessoas que morreram não tiveram a identidade revelada —a polícia disse apenas que o bebê havia nascido no ano passado. Já os colombianos feridos são Sergio Jaramillo, que atuou em negociações de paz do governo com as Farc, o escritor Héctor Abad Faciolince e a jornalista Catalina Gómez.

Os três jantavam com a escritora ucraniana Victoria Amelina, 37, que foi hospitalizada em estado crítico devido a uma lesão no crânio, provavelmente causada por estilhaços de vidros e vigas, segundo a polícia.

Abad e Jaramillo viajaram para a Ucrânia para "expressar a solidariedade da América Latina com o povo ucraniano diante da bárbara e ilegal invasão russa". O escritor é conhecido pelo romance "El olvido que seremos", que aborda violência na Colômbia nos anos 1970 e 1980 com um recorte cotidiano e familiar.

O cozinheiro Roslan, 32, disse que o local estava cheio no momento do ataque. Além do restaurante, houve danos em apartamentos, lojas, veículos, correios e outros prédios na região.

Localizada a oeste da cidade devastada de Bakhmut, conhecida como moedor de carne na Guerra da Ucrânia, Kramatorsk foi atingida por vários bombardeios desde o início do conflito. O mais mortal ocorreu em abril de 2022, quando 61 pessoas morreram e mais de 160 ficaram feridas em um ataque contra a estação ferroviária, poucas semanas após o início da invasão russa.

Câmara Municipal

Rio começa a votar novo Plano Diretor da Cidade

A Câmara do Rio de Janeiro aprovou em primeira discussão, ontem, as emendas da prefeitura ao projeto de lei de revisão do Plano Diretor. O texto define as diretrizes de construção e crescimento da cidade nos próximos dez anos. O projeto ainda passará por segunda discussão, em agosto, antes de ser aprovado em definitivo. O último Plano Diretor do Rio é de 2011. Desde que o projeto de lei da revisão começou a tramitar, em setembro de 2021, mais de 200 emendas ao texto original foram apresentadas pela prefeitura e 186 foram incluídas no parecer da comissão do Plano Diretor.

O texto levado à discussão nesta quarta dispensa a obrigação de que novos edifícios construídos em bairros da zona sul, do centro e da zona norte do Rio tenham vagas de estacionamento. Se a emenda for aprovada, a decisão de incluir as vagas será do responsável pela construção.Nas edificações situadas na Barra da Tijuca, Jacarepaguá e outros bairros da zona oeste, a obrigação de ter vagas de estacionamento se mantém: a exigência é de 1 vaga para cada 4 unidades. Essa região do Rio é a mais populosa, mas também a mais distante do centro e têm bairros com pouca oferta de transporte público. Na zona oeste, há apenas uma estação de metrô, na Barra. A regra das vagas é diferente para os empreendimentos habitacionais vinculados às políticas habitacionais do governo, como o Minha Casa, Minha Vida. Nesse caso a exigência de vaga de estacionamento também é dispensada, ainda que os imóveis sejam construídos na zona oeste.

O texto do Plano Diretor prevê desenvolver a ocupação de edificações com uso misto (comercial e residencial) próximo aos eixos de transporte, para encurtar as distâncias entre as residências e os espaços de trabalho. A proposta pretende ainda "intensificar a ocupação dos vazios urbanos" nas áreas de planejamento da região central e da zona norte.

O vereador Pedro Duarte (Novo) defendeu, durante a votação, que as áreas mais próximas aos eixos de transporte recebam mais incentivos de construção e habitação, e questionou a expansão populacional dos últimos anos na zona oeste, especialmente a região de Jacarepaguá e Barra da Tijuca.

"Precisamos fazer com que a região central, com acesso ao metrô e ao trem, seja mais atrativa. Ou os empreendimentos continuarão se multiplicando onde foi na ultima década: na zona oeste profunda e a baixada de Jacarepaguá. Quanto mais perto do emprego, melhor", afirmou o vereador.

Outra emenda apresentada institui o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir nos bairros do centro da cidade e na zona norte. Esse instrumento prevê que aquele que construir uma nova edificação e ultrapassar o coeficiente mínimo de aproveitamento do terreno pague uma contrapartida ao poder público.

Os bairros têm diferentes limites de construção. Os recursos da contrapartida devem ser utilizados para o desenvolvimento urbano da cidade, como regularização fundiária, execução de programas habitacionais, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, áreas de lazer e proteção de espaços de interesse histórico e social.

Um manifesto conjunto assinado por conselhos de arquitetura e institutos de planejamento urbano do Rio de Janeiro foi entregue aos vereadores ontem.